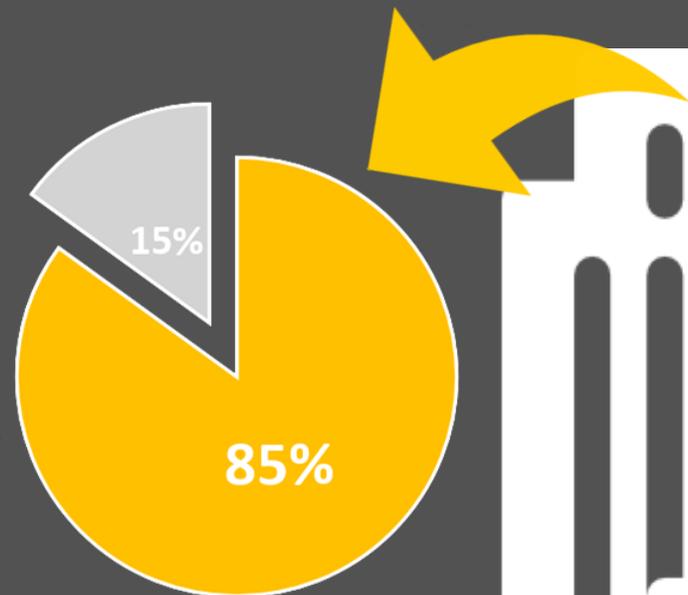


Nossas cidades pedem socorro!

Desigualdade
Carência de infraestrutura
Degradação dos espaços públicos
Fragilidade ecológica
Crescimento da marginalização
Déficit habitacional



Henrique Cabrera N° 8943751

Mariane Ayumi N° 9836795

Ricardo B. J. Andrade N° 9837052

Ricardo J. J. Andrade N° 9900511

Vinícius Dianni N° 9373903

Motivação e objetivos

- Problemas de desigualdades territoriais, econômicas e injustiças sociais.
- Eleições 2018 = Oportunidade de mudança.
- Objetiva a implementação de projetos de inclusão sócio-territorial.
- “Seminário Nacional de Política Urbana: por cidades humanas, justas e sustentáveis” resulta na “Carta Aberta aos Candidatos nas Eleições de 2018 pelo Direito à Cidade” (CAU e IAB).
- Brasil tem competência técnica para tratar dos problemas urbanos e não faltam planos ou leis para tanto.
- Defendem uma política pública de Planejamento Urbano Solidário e Inclusivo.
- Plano nacional de desenvolvimento social e econômico que atrele a ocupação do território nacional à economia → descentralize as políticas regionais e locais = mais participação popular.
- Planejamento Urbano Solidário
 - 3 pilares: territorialização das políticas públicas, governança urbana inovadora e democratização da gestão dos territórios.

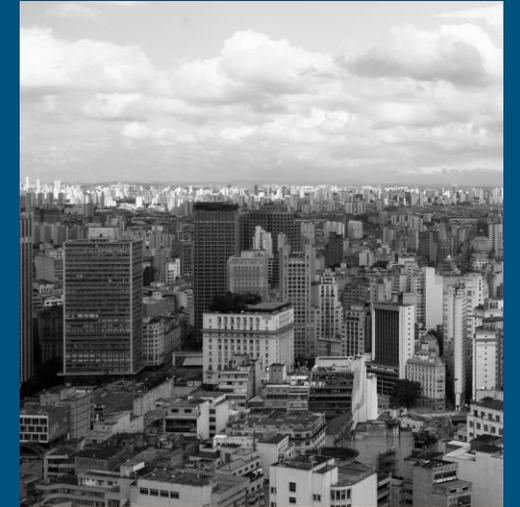
Por um projeto nacional baseado na territorialização das políticas públicas

- Priorizar os complexos territoriais.
 - Assegurar investimentos massivos em infraestrutura urbana e em serviços públicos e sociais nas periferias.
- Estruturar as cidades a partir da política habitacional e da mobilidade urbana.
 - Investir na ampliação, integração e qualificação da rede de transporte público de massa.
- Promover o planejamento e uma governança inovadora das regiões metropolitanas.
 - Desenvolver os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado de forma efetivamente participativa.
- Fortalecer a rede de cidades pequenas, médias, ribeirinhas e de fronteiras.
 - Promover apoio técnico para orientar o planejamento das cidades médias em processo de crescimento.
- Valorizar os Centros Históricos.
 - Promover a mobilidade urbana não-motorizada e a qualificação dos espaços públicos.
- Preservar e valorizar o meio ambiente.
 - Promover a conservação ambiental em sintonia com a conservação ecológica e o desenvolvimento local.
- Fortalecer territórios de povos tradicionais e de interesse cultura.
 - Considerar o planejamento urbano desenvolvido a partir de uma rede de centros de difusão de saberes e culturas que respeite as especificidades regionais e locais.

Por uma governança urbana inovadora

- **Deveres**

- Autonomia do Ministério das Cidades. Apartidarismo e de maneira técnica.
- Planejamento de longo prazo.
- Criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano.
 - Integrá-lo com as 3 esferas do governo.
- Descentralização das políticas locais → fortalecimento do governo municipal.
 - Prevalência das decisões do poder local sobre os poderes federal e estadual).
 - Decisões que não prejudiquem o desenvolvimento regional e nacional.
- Constituir instâncias colegiadas nos municípios. Define prioridade de investimentos na cidade.
- Cumprir acordo previsto na Agenda 2030.
 - Tornar cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
- Monitorar indicadores → Controlar e gerir ações de desenvolvimento sustentável.
- Restabelecimento do Conselho Nacional das Cidades → Atuação nas esferas estaduais e municipais.
- Revisar a lei de licitações → Projetos completos, de qualidade e sem corrupção.



Pela democratização da gestão das cidades

- Objetivo de aumentar a participação ativa das comunidades impactadas.
- Cidades com pouco progresso na democratização da gestão, gerando planos e leis com pouco legitimidade e com pouca adesão da população afetada.
- Democratizar as cidades implica em:
 - Fortalecer o governo local para garantir o pacto federativo e reconhecer as diversidades regionais.
 - Restabelecer e ampliar os mecanismos de participação popular nas decisões sobre as políticas públicas.
 - Aumentar o acesso da população à informação, disponibilizando as informações de banco de dados georreferenciados.
 - Incentivar a participação dos cidadãos nas decisões sobre política urbana.
 - Valorizar a política das minorias que historicamente construíram a nação brasileira, fortalecendo a pluralidade de ações.
- Instrumentos para democratização:
 - Debates, Audiências e Consultas Públicas.
 - Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).
 - Criar Conselhos de Desenvolvimento Urbano (órgão para participação direta da população).
 - Gestão Participativa do Orçamento
 - Iniciativa Popular de Projetos de Lei

Carta aberta aos Candidatos nas Eleições de 2018 pelo Direito à Cidade

Planejamento Urbano Solidário e Inclusivo

- Atrelar a ocupação nacional com a economia
- Levar em conta a descentralização das definições políticas locais e regionais
- Maior participação popular nas tomadas de decisão que afetam a vida urbana
- 53 propostas, 3 eixos:
 1. Projeto nacional baseado na territorialização das políticas públicas
 2. Governança urbana inovadora
 3. Democratização da gestão das cidades

Cumprimento das metas prevista na agenda 2030 para os ODS

- Foco nas metas relativas ao Objetivo 11
 - Tornar as Cidades e os Assentamentos em ambientes Humanos, Inclusivos, Seguros, Resilientes e Sustentáveis

